



Bruxelas, 26.8.2020
COM(2020) 285 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

**Concretizar os compromissos da política da EU em matéria de segurança alimentar e
nutricional**

Quarto relatório bienal

{SWD(2020) 85 final}

1. INTRODUÇÃO

Este é o quarto relatório que salienta os progressos alcançados pela UE e os seus Estados-Membros na execução dos compromissos da sua política comum em matéria de segurança alimentar e nutricional¹. É acompanhado por um documento de trabalho dos serviços da Comissão (SWD), com informações complementares sobre as análises e estudos de caso.

O presente relatório centra-se na evolução das principais políticas, analisa as tendências financeiras dos desembolsos² e a avaliação das prioridades estratégicas. Também salienta os resultados e progressos alcançados pela UE e os seus Estados-Membros nos dois domínios de concentração temáticos identificados pelo Conselho em 2018: i) o empoderamento das mulheres em matéria de segurança alimentar e nutricional, e ii) a criação de emprego nas zonas rurais. Termina salientando a importância de oito orientações estratégicas.

Ao longo do relatório, estão incluídos exemplos de como a UE e os seus Estados-Membros reforçaram as suas medidas nos domínios da segurança alimentar e nutricional e da agricultura sustentável.

2. EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS A NÍVEL MUNDIAL E EUROPEU

Após décadas de diminuição, a fome e a subnutrição têm vindo a aumentar novamente desde 2015. Em 2018, estimava-se que 821 milhões de pessoas estavam subnutridas³. Além disso, agregando-se a prevalência da insegurança alimentar moderada e severa, estima-se que 26,4 % da população mundial (cerca de 2 mil milhões de pessoas) sofre de insegurança alimentar e mais de 135 milhões de pessoas em 55 países passaram por fome aguda, carecendo urgentemente de ajuda alimentar, nutricional e meios de subsistência⁴. Este aumento deve-se em grande medida a conflitos, catástrofes (TERM) naturais e às alterações climáticas. Se a atual tendência continuar, isso colocará em risco a consecução não só do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Erradicação da fome), mas também de todos os ODS até 2030.

Em 2018, o Conselho da UE manifestou a sua preocupação relativamente à segurança alimentar e nutricional a nível mundial, em resposta aos valores já alarmantes e na sequência dos mais recentes relatórios sobre a execução dos compromissos da política da UE em matéria de segurança alimentar e nutricional e sobre o plano de ação da Comissão em matéria de nutrição⁵. O Conselho exortou a Comissão a manter e intensificar os seus esforços para cumprir o ODS 2 e, dessa forma, inverter as atuais tendências.

Durante o período de referência, a UE e os seus Estados-Membros contribuíram de forma significativa para melhorar a segurança alimentar a nível mundial, através da importância do seu financiamento, da sensibilização e defesa das questões-chave em matéria de governação.

¹ Quadro estratégico da UE para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios no domínio da segurança alimentar, COM(2010) 127.

² A parte financeira do presente relatório e o documento de trabalho dos serviços da Comissão que o acompanha abrangem o período até 2018, inclusive (por razões de metodologia/comparabilidade); as experiências recolhidas também incluem o ano de 2019.

³ State of Food and Agriculture in the World [Estado da Alimentação e da Agricultura no Mundo] (2019).

⁴ Fonte: Global Report on Food Crises [Relatório Mundial sobre Crises Alimentares] (2020) publicado em 21/04/2020.

⁵ Conclusões do Conselho (14283/18) de 26 de novembro de 2018.

Em 2018, a UE e os seus Estados-Membros centraram-se na aplicação do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento de junho de 2017⁶. O Consenso define uma abordagem comum no que respeita à política de desenvolvimento e de cooperação internacional e à forma como a ação externa da UE pode contribuir para a concretização, com sucesso, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Reconhecendo que a segurança alimentar e nutricional é um grande desafio global, identifica a agricultura e a pesca sustentáveis como elementos-chave na luta contra a pobreza e as desigualdades crescentes. Também exorta a UE e os seus Estados-Membros a continuarem os esforços para erradicar a fome e todas as formas de subnutrição.

A nível global, os esforços da UE e dos seus Estados-Membros continuaram a: i) reforçar a governação em matéria de segurança alimentar e nutricional, nomeadamente através do Comité da Segurança Alimentar Mundial e do movimento Fomento da Nutrição (SUN); e ii) defender um novo mecanismo de coordenação global para erradicar as crises alimentares. Através do seu apoio à «Rede Mundial contra as Crises Alimentares», a UE continuou a desempenhar um papel importante e a cumprir o seu compromisso de trabalhar multilateralmente no sentido de reforçar o trinómio ajuda humanitária-desenvolvimento-paz (TERM) (prioridade 6). Esta abordagem integrada das crises reúne todos os principais atores e promove ativamente a coordenação e colaboração no terreno. O Relatório Mundial sobre Crises Alimentares, elaborado anualmente, reúne 16 importantes instituições mundiais e regionais no âmbito da Rede de Informação sobre Segurança Alimentar e é hoje amplamente reconhecido como a referência para a análise das crises alimentares baseada em consensos. Em 2018, a Rede Mundial preparou a conferência «Food and agriculture in times of crisis» [Alimentação e agricultura em tempos de crise], que decorreu no início de 2019 em Bruxelas.

Enquanto parte do esforço global para combater a subnutrição, a UE tem trabalhado ativamente na área da desnutrição, em particular para prevenir atrasos de crescimento nas crianças. A Comissão comprometeu-se a mobilizar 3,5 mil milhões de EUR até 2020 para reduzir o número de crianças com atrasos de crescimento em países parceiros em pelo menos 7 milhões até 2025. Nas suas conclusões de 26 de novembro de 2018, o Conselho reconheceu os esforços da Comissão para honrar os compromissos da UE e para mobilizar todos os setores relevantes no apoio à agenda da nutrição a nível mundial e a nível dos países parceiros. O 4.º relatório intercalar sobre o *Plano de Ação da UE em matéria de nutrição*, publicado em 2019⁷, confirmou que os investimentos da Comissão relacionados com a nutrição estavam no bom caminho para cumprir o compromisso político da UE. Em 42 países parceiros, a prevalência de atrasos de crescimento diminuiu de 39,2 % em 2012 para 34,9 % em 2019. Com base nas atuais tendências, estima-se que 4,7 milhões de crianças nestes países conseguirão escapar a atrasos de crescimento. O compromisso de afetar 3,5 mil milhões de EUR até 2020 foi cumprido antes do previsto, em 2019.

Em consonância com o 2.º Plano de Ação da UE sobre o Género (GAPII), prosseguiram os esforços para uma abordagem transformadora em termos de melhoria da igualdade de género. O papel crítico das mulheres ao longo das cadeias de valor agroalimentares no que toca a gerir os recursos naturais e garantir a segurança alimentar e nutricional é plenamente

⁶ https://www.consilium.europa.eu/media/24004/european-consensus-on-development-2-june-2017-clean_final.pdf

⁷ 11850/19.

reconhecido. O número de contratos sensíveis às questões de género aumentou de 37 % em 2014 para 57 % em 2018⁸.

Na cimeira «One Planet Summit» em 2017, a UE prometeu 270 milhões de EUR para apoiar a resiliência às alterações climáticas e a inovação agrícola tendo em vista uma transformação rural sustentável. Com o apoio financeiro da França, a Comissão lançou a iniciativa DeSIRA⁹ para reforçar a ligação entre a investigação e inovação em sistemas alimentares resilientes às alterações climáticas e recolher dados para apoiar o desenvolvimento de políticas em países de baixos e médios rendimentos. A iniciativa DeSIRA apoia projetos de investigação e inovação em África, na Ásia e na América Latina e reforça as capacidades de inovação e governação por parte dos principais intervenientes a nível nacional, regional e mundial. Articula-se em torno de três eixos: 1) Investigação e inovação em sistemas agroalimentares; 2) Infraestruturas de investigação conducentes à inovação e 3) Conhecimento e dados factuais para fomentar a conceção de políticas. Desde 2018, foram adotados mais de 40 projetos em mais de 31 países e seis Estados-Membros¹⁰ canalizaram fundos adicionais para a iniciativa DeSIRA a fim de reforçar as sinergias com as suas carteiras de investigação e inovação bilaterais e multilaterais no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural.

A Parceria UE-África nos domínios da investigação e inovação sobre segurança alimentar e nutricional e agricultura sustentável está a implementar um roteiro UE-União Africana (2016-2020) comumente acordado. Até ao final de 2020, será mobilizado um financiamento na ordem dos 190 milhões de EUR ao abrigo do programa Horizonte 2020, através do Regime de Subvenções à Investigação da União Africana e através de um regime de financiamento conjunto (LEAP-AGRI ERANet) de 10 Estados-Membros da UE e 9 Estados-Membros da UA. No total, são financiados cerca de 100 projetos¹¹.

Dois eventos reforçaram a cooperação entre a União Africana e a UE. A Conferência Ministerial União Africana - UE de 2019 permitiu chegar a acordo sobre 10 pontos de ação, incluindo o estabelecimento da Rede Pan-Africana para a Análise Económica de Políticas (PANAP), que visa a partilha de conhecimento sobre análises de impacto das políticas em países subsarianos. O Diálogo de Alto Nível (HLPD) de 2019 entre a União Africana e a UE nos domínios da Ciência, Tecnologia e Inovação visa uma melhor utilização dos resultados da investigação e a sua tradução em produtos e processos que aumentam a produção de alimentos de elevada qualidade com matérias-primas adequadas, reforçam o crescimento do rendimento e promovem o desenvolvimento rural em ambas as regiões.

A UE e os seus Estados-Membros fizeram progressos no reforço da ligação entre os agricultores de pequena escala e as pequenas e médias empresas (PME) e na canalização dos seus investimentos para a criação de oportunidades de emprego nas zonas rurais, especialmente para os jovens e as mulheres. Em 2018, foi adotada uma Comunicação sobre uma nova Aliança África-Europa para investimentos e empregos sustentáveis¹², com vista a criar emprego e a promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Foi criado um

⁸ EU Achievements in Food and Nutrition Security and Sustainable Agriculture 2014-2018 [Realizações da UE em matéria de segurança alimentar e nutricional e de agricultura sustentável 2014-2018], p. 27.

⁹ Development Smart Innovation through Research in Agriculture [Desenvolvimento de Inovação Inteligente através de Investigação na Agricultura].

¹⁰ A França, a Alemanha, a Itália e os Países Baixos atribuíram algum cofinanciamento em dinheiro à iniciativa DeSIRA através dos seus departamentos de negócios estrangeiros ou agências de desenvolvimento; a Espanha e a Bélgica proporcionaram cofinanciamento em espécie, mas quantificado, através das suas agências de desenvolvimento.

¹¹ https://library.wur.nl/WebQuery/leap4fnssa-projects?q=*.

¹² COM(2018) 643 final de 12.9.2018.

grupo de trabalho para a África rural para fomentar a criação de emprego na agricultura e no setor agroalimentar. Os principais instrumentos da UE para incentivar o investimento em África (incluindo através da mobilização de outras fontes de financiamento para desenvolver a agricultura) são o Plano de Investimento Externo e o Fundo Fiduciário para África.

No que respeita à coordenação multilateral, a Comissão e cinco Estados-Membros¹³ continuam como membros do conselho de administração da Plataforma Mundial dos Doadores para o Desenvolvimento Rural (GDPRD). Na GDPRD, a UE está fortemente empenhada no grupo de trabalho dos doadores mundiais sobre as terras (Global Donor Working Group on Land). A UE e 28 parceiros comprometeram-se a aumentar a coordenação e partilha de conhecimento em programas de governação fundiária, e apoiam em conjunto soluções para questões fundiárias em processos políticos. Em 2018, a UE adotou um programa de governação fundiária¹⁴ que visa fomentar o investimento em terrenos para aumentar a produtividade agrícola e o desenvolvimento sustentável.

3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E PROGRESSOS REALIZADOS

Esta secção fornece uma panorâmica dos desembolsos para segurança alimentar e nutricional efetuados pela UE e os seus Estados-Membros, bem como dos progressos mais recentes no que respeita às prioridades estratégicas.

Desembolsos¹⁵

Desde 2012, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) da UE e dos seus Estados-Membros para a segurança alimentar e nutricional tem aumentado constantemente, ascendendo a 5 027 milhões de EUR em 2018, um aumento de 19,7 % em relação a 2016. Isso representou 8,1 % dos fluxos totais de APD em 2018, o nível mais elevado desde 2012.

Do ponto de vista da conceção das políticas, os desembolsos a nível nacional continuaram a constituir a maior parte da APD desde 2012, representando 66 % em 2018. A proporção dos desembolsos a nível regional manteve-se estável em 2018 quando comparado com 2016, mas o volume quase triplicou desde 2012. Ultrapassando os mil milhões de EUR, a despesa em iniciativas mundiais e no fornecimento de bens públicos mundiais aumentou em 2018, após uma ligeira redução em 2014 e 2016.

Em 2018, a região da África Subsariana continuou a ser o maior beneficiário do apoio em matéria de segurança alimentar e nutricional, recebendo cerca de metade de todos os desembolsos. A quota conjunta de financiamento em matéria de segurança alimentar e nutricional canalizada para a América do Norte, Central e do Sul tem-se mantido

¹³ Finlândia, França, Alemanha, Itália, Países Baixos.

¹⁴ Anexo 1 do programa de ação anual de 2018, Decisão da Comissão C(2018) 8063 final.

¹⁵ Na UE e nos seus Estados-Membros existem diferentes metodologias de comunicação de informações. Os valores comunicados no presente relatório refletem a metodologia específica para este exercício e não incluem os fluxos de ajuda humanitária. Os dados incluem as instituições da UE e apenas dez Estados-Membros, o que representa 91,2 % do total de fluxos de APD das instituições da UE e dos 28 Estados-Membros em 2018. A metodologia detalhada é fornecida no documento de trabalho dos serviços da Comissão, anexado ao presente relatório. À semelhança dos relatórios anteriores, este 4.º relatório (emitido em 2020) apresenta os mais recentes valores oficiais disponíveis, neste caso para 2018. O presente relatório também inclui projetos de menor dimensão (abaixo dos 100 000 EUR), levando a um aumento no número de projetos recolhidos. Mas mesmo com esta alteração metodológica, o ano de 2018 apresenta um aumento acentuado no número de projetos e nos montantes desembolsados, quando comparado com 2016, de 3 462 para 3 928. Contudo, estes projetos de menor dimensão representaram apenas 2,4 % do total de desembolsos para segurança alimentar e nutricional em 2018.

relativamente estável desde 2012, oscilando em torno dos 6 %. Embora o apoio em matéria de segurança alimentar e nutricional nos países vizinhos tenha vindo a aumentar desde 2012, continua ainda assim a representar uma pequena percentagem do total de desembolsos para segurança alimentar e nutricional (em média, 6,7 % por ano).

Em 2018, foram apoiadas muitas atividades, sobretudo nos domínios do desenvolvimento agrícola sustentável, assistência alimentar, desenvolvimento rural, nutrição de base e investigação agrícola, que representaram cerca de metade do financiamento total¹⁶.

Quadro 1: Distribuição geográfica dos desembolsos de ajuda da UE e dos seus Estados-Membros para a segurança alimentar e nutricional em 2012, 2014, 2016 e 2018. Em milhões de EUR e em percentagem¹⁷

Zona geográfica	2012	2012, em %	2014	2014, em %	2016	2016, em %	2018	2018, em %	Total	Total, em %
África Subsariana	1 440	42,8	1 650	45,1	2 242	53,4	2 463	49,0	7 795	48,0
Ásia-Pacífico e Oceânia	622	18,5	559	15,3	521	12,4	659	13,1	2 361	14,5
Médio Oriente	12	0,3	54	1,5	40	0,9	64	1,3	169	1,0
Vizinhança	98	2,9	273	7,4	312	7,4	405	8,0	1 088	6,7
América do Norte, Central e do Sul	232	6,9	225	6,2	285	6,8	289	5,8	1 031	6,3
Regional e não especificado	962	28,6	898	24,5	800	19,1	1 148	22,8	380	23,4
Todas as regiões	3 366	100	3 659	100	4 200	100	5 027	100,0	16 251	100

O quadro 2 fornece uma imagem global da ajuda em matéria de segurança alimentar e nutricional para as prioridades estratégicas da UE. Os desembolsos para a *melhoria da resiliência e dos meios de subsistência dos pequenos agricultores* (prioridade 1) constituíram a maior parte dos fluxos totais em matéria de segurança alimentar e nutricional. O apoio para *mecanismos de proteção social em matéria de segurança alimentar e nutricional* (prioridade 4) diminuiu ligeiramente quando comparado com 2016. Em contrapartida, a UE e os seus Estados-Membros aumentaram consideravelmente o seu apoio para reforçar a resiliência a nível individual e nacional (prioridades 1 e 6), afetando 62 % do aumento líquido desde 2016. Em termos globais, o aumento líquido significativo no total de desembolsos para segurança alimentar e nutricional em 2018 deveu-se ao facto de terem sido executados mais programas e de o apoio médio ter sido superior.

¹⁶ Setores definidos de acordo com a classificação setorial do CAD da OCDE.

¹⁷ As regiões referem-se à classificação regional do CAD da OCDE. «Vizinhança» refere-se aos países parceiros da Política Europeia de Vizinhança (PEV) e a alguns outros países candidatos ou potenciais candidatos. Os valores dos quadros 1 e 2 foram arredondados.

O empoderamento das mulheres e raparigas e a promoção da igualdade de género têm sido cada vez mais integrados nos programas de segurança alimentar e nutricional. O quadro 2 mostra que este objetivo constituiu uma parte significativa (64 %) do apoio total em matéria de segurança alimentar e nutricional em 2018 (face a 53 % em 2016). Observou-se uma tendência similar nos objetivos ambientais: 51 % dos desembolsos relacionados com a segurança alimentar e nutricional diziam respeito à adaptação e/ou atenuação das alterações climáticas. Os investimentos em investigação em setores relacionados com a segurança alimentar e nutricional mantiveram-se relativamente estáveis: 10 % em 2018 face a 12 % em 2016. Além disso, as iniciativas de desenvolvimento no domínio da segurança alimentar e nutricional em 2018 beneficiaram (ACCY) mais parceiros (130 países beneficiários).

Quadro 2: Progressos realizados em matéria de prioridades estratégicas¹⁸

Critérios de desempenho	Número de programas				Ajuda recebida, milhões de EUR				Número de países				
	2012	2014	2016	2018	2012	2014	2016	2018	2012	2014	2016	2018	
1. Melhorar a resiliência e os meios de subsistência dos pequenos agricultores	1 560	1 822	1 863	4 471	2 022	2 137	2 120	2 377	108	103	108	126	
2. Apoiar uma governação eficaz	410	588	632	1 160	395	535	698	802	84	92	87	97	
3. Apoiar as políticas regionais nos domínios da agricultura e da segurança alimentar e nutricional	98	188	228	333	151	191	226	409					
4. Reforçar os mecanismos de proteção social em matéria de segurança alimentar e nutricional	94	102	123	124	209	133	254	238	40	40	44	48	
5. Melhorar a nutrição	278	341	455	935	467	504	638	683	63	64	71	92	
6. Melhorar a coordenação entre os intervenientes na ajuda humanitária e os intervenientes na ajuda ao desenvolvimento para aumentar a resiliência	63	148	161	423	122	159	265	517	18	37	37	70	
Total	2 503	3 189	3 462	7 446	3 366	3 659	4 200	5 027			114	130	
Dos quais...													
Programas de investigação	149	154	463	1 189	(16 %)	379	300	493	491	(10 %)	69	92	(71 %)
Programas sensíveis à questão do género			1 879	4 251	(57 %)			2 404	3 382	(67 %)	97	114	(88 %)
<i>Objetivo principal</i>			155	575	(8 %)			171	168	(3 %)	51	77	(59 %)
<i>Objetivo importante</i>			1 724	3 676	(49 %)			2 233	3 214	(64 %)	97	113	(87 %)
Programas de adaptação às alterações climáticas			1 344	2 976	(40 %)			1 826	2 407	(48 %)	95	116	(89 %)
<i>Objetivo principal</i>			308	691	(9 %)			342	381	(8 %)	67	93	(72 %)
<i>Objetivo importante</i>			1 036	2 285	(31 %)			1 484	2 026	(40 %)	91	100	(77 %)

¹⁸ Os dados incluem a UE e apenas dez Estados-Membros. Para a metodologia detalhada, consultar o documento de trabalho dos serviços da Comissão, anexado ao presente relatório.

Programas de atenuação das alterações climáticas			598	1 315	(18 %)			693	946	(19 %)			89	108	(83 %)
<i>Objetivo principal</i>			82	192	(3 %)			75	85	(2 %)			40	56	(43 %)
<i>Objetivo importante</i>			516	1123	(15 %)			618	861	(17 %)			86	105	(81 %)

Progressos realizados em matéria de prioridades estratégicas

Esta secção apresenta uma visão geral das atividades realizadas para apoiar as seis prioridades estratégicas em matéria de segurança alimentar e nutricional. Para informações mais detalhadas e exemplos específicos, consultar o documento de trabalho dos serviços da Comissão que acompanha o relatório.

As **prioridades estratégicas 1 e 6**, «Melhorar a resiliência e os meios de subsistência dos pequenos agricultores» e «Melhorar a coordenação entre os intervenientes na ajuda humanitária e os intervenientes na ajuda ao desenvolvimento para aumentar a resiliência», continuam a ser a parte mais importante da carteira de cooperação para o desenvolvimento da UE e dos seus Estados-Membros. Este apoio aborda cada vez mais as dinâmicas socioeconómicas, ambientais e de segurança subjacentes a sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e saudáveis. O desenvolvimento desses sistemas alimentares reforçaria o desenvolvimento rural sustentável, bem como ajudaria a prevenir as crises alimentares. A UE intensificou o seu apoio à Rede Mundial contra Crises Alimentares, que desempenha um papel crítico na transformação dos sistemas agroalimentares com ênfase em informações baseadas em consensos, na mobilização de investimentos estratégicos e na ação coordenada e integrada em todo o trinómio ajuda humanitária-desenvolvimento-paz .

Prioridades estratégicas 2 e 3: a UE e os seus Estados-Membros investiram na *governança fundiária* em cerca de 40 países e aumentaram significativamente os *investimentos responsáveis em agronegócios*, nomeadamente através de iniciativas de financiamento misto para cadeias de valor agroalimentares sustentáveis. A UE também desenvolveu a pesca e a aquicultura sustentáveis, com especial ênfase na pesca de pequena escala devido ao seu potencial para criar benefícios económicos e sociais, particularmente para as mulheres. Além disso, a UE e os seus Estados-Membros intensificaram o seu apoio à governação e arquitetura global para a investigação e inovação agrícola e melhoraram significativamente as capacidades nacionais de investigação para a inovação no âmbito dos sistemas nacionais de investigação e inovação.

Prioridade estratégica 4: O apoio da UE a *mecanismos de proteção social* manteve-se no mesmo nível: 237 milhões de EUR em 2018. A UE elaborou um pacote de orientação, incluindo princípios orientadores, lições adquiridas e práticas promissoras para apoiar programas de proteção social em situações de impactos e crises prolongadas¹⁹.

No âmbito da **prioridade estratégica 5**, a UE já cumpriu em 2019 (um ano antes do previsto) o seu compromisso de investir 3,5 mil milhões de EUR em *nutrição* até 2020 e intensificou os esforços para analisar de que forma a sua ajuda contribui para prevenir atrasos de crescimento. A UE e os seus Estados-Membros continuam a reforçar os mecanismos de governação e responsabilização global e a lutar contra as diversas formas de subnutrição nos seus programas de apoio para alcançar o objetivo mundial de redução dos atrasos de crescimento até 2025.

Quadro 3: Exemplos de projetos com resultados notáveis

Prioridade estratégica 1	Os Países Baixos apoiam o projeto intitulado « <i>Projet d'Appui à la Production Agricole au Burundi (PAPAB)</i> » [Projeto de apoio à produção agrícola no Burundi (PAPAB)], aplicando a abordagem PIP (<i>Plan Intégré</i>
---------------------------------	--

¹⁹ <https://europa.eu/capacity4dev/sp-nexus/documents>.

	<p><i>Paysan ou planeamento integrado das explorações</i>). Se tiverem por base um plano de negócios para a exploração agrícola, os produtores alimentares de pequena dimensão podem investir melhor na gestão da fertilidade dos solos, na resiliência dos sistemas agrícolas e, por conseguinte, no aumento da segurança alimentar. Através desta abordagem, 37 400 famílias aumentaram comprovadamente a sua produtividade e rendimento, enquanto 18 700 hectares de terrenos agrícolas foram geridos de forma mais sustentável. Um outro programa neerlandês «<i>Geodata for Agriculture and Water (G4AW)</i>» [Geodados para agricultura e água (G4AW)] utiliza dados de satélites para melhorar a segurança alimentar. O programa, que abarca 23 projetos em 14 países, tem por objetivo abranger 4,5 milhões de agricultores de pequena escala até 2022.</p> <p>Em 2018, a Irlanda lançou 13 variedades novas e melhoradas de leguminosas (ACCURACY major), cereais, raízes e tubérculos no Maláui, incluindo feijões biologicamente enriquecidos com ferro e zinco e uma batata doce de polpa laranja rica em vitamina A.</p>
Prioridade estratégica 2	<p>A Finlândia realiza o projeto «<i>Responsible and Innovative Land Administration</i>» [Administração fundiária responsável e inovadora] na Etiópia, para desenvolver o Sistema Nacional de Informação Fundiária, que gere todos os dados de registo fundiário e todas as transações relativas a terras (herança, divórcio, doação, etc.). Até 2019, já tinham sido registadas 14,5 milhões de parcelas de terreno.</p>
Prioridade estratégica 3	<p>A Alemanha financiou o projeto regional intitulado «<i>Agricultural Technical Vocational Education and Training for Women</i>» [Ensino e formação técnico-profissional agrícola para as mulheres], que promove o desenvolvimento das competências das mulheres no setor agrícola. Realizou o projeto em conjunto com a Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) em seis países: Benim, Burkina Fasso, Gana, Quênia, Maláui e Togo.</p>
Prioridade estratégica 4	<p>O apoio do Reino Unido²⁰ a sistemas de proteção social em 23 países em desenvolvimento ajudou as pessoas pobres e vulneráveis a construir meios de subsistência mais produtivos e resilientes. Também ajudou os governos a criar sistemas resistentes a choques, nomeadamente através de programas de transferências pecuniárias em países como o Quênia e a Etiópia. Na sequência de eventos climáticos extremos, como secas e cheias, estes programas ajudaram as pessoas a assegurar alimentos suficientes, reduzindo a fome e o risco de fome.</p>
Prioridade estratégica 5	<p>O projeto da Itália «<i>SA.NI – Food Security, Nutrition and Hygiene for Equatorial band’s communities in South Sudan</i>» [SA.NI - Segurança, nutrição e higiene alimentar para as comunidades da parte equatorial do Sudão do Sul] proporcionou acesso à água a 1 550 pessoas, bem como a formação «<i>Safe Water Champion</i>» para 450 mulheres e serviços pré-natais a 5 000 mulheres grávidas e/ou lactantes.</p>

²⁰ Durante o período em análise no presente relatório, o Reino Unido ainda era membro da União Europeia.

Prioridade estratégica 6	A UE financiou o projeto « <i>Rapid City Profiling Towards Early Recovery in Yemen</i> » [<i>Elaboração de perfis de cidades para uma recuperação rápida no Iémen</i>], para melhor canalizar e coordenar os investimentos humanitários, de recuperação e de desenvolvimento, bem como para reforçar a resiliência das partes interessadas e das populações afetadas em cidades selecionadas face aos conflitos.
---------------------------------	--

Programação conjunta

A UE e os seus Estados-Membros alcançaram progressos significativos na programação conjunta. Esta abordagem foi adotada em 23 países (LÍNGUA e a implementação já começou. Para apoiar o processo, a UE elaborou novas orientações em matéria de programação conjunta e documentos de orientação para Estados frágeis e afetados por conflitos e para países em desenvolvimento mais avançados e de rendimentos médios²¹. Foram também organizados dois eventos mundiais de aprendizagem entre pares no Camboja e no Uganda, em dezembro de 2018 e novembro de 2019, respetivamente. Ambos os eventos reuniram um conjunto alargado de representantes de países parceiros, a UE e representantes de 16 Estados-Membros, que identificaram instrumentos e medidas práticas para formalizar abordagens conjuntas e aumentar o impacto, a voz e a visibilidade da UE ao nível de cada país.

Caixa 1: Programação conjunta da UE na Bolívia

A Bolívia foi dos primeiros países a aderir à programação conjunta com a UE, oito Estados-Membros e a Suíça. A estratégia europeia conjunta para o período 2017-2020 está alinhada com a Agenda Patriótica para 2025 e o plano de desenvolvimento socioeconómico para 2016-2020 da Bolívia. A programação conjunta fomentou a colaboração e a coordenação em diversos setores, entre o grupo UE+. No domínio da segurança alimentar e nutricional, está comprovado que um diálogo regular e atividades conjuntas são iniciativas cruciais para unir os parceiros da UE desde a programação conjunta até à execução conjunta.

Caixa 2: Programação conjunta da UE em Madagáscar

Em 2018, a UE, a Alemanha e a França aderiram à programação conjunta e desenvolveram uma análise conjunta. Na sequência das eleições presidenciais de janeiro de 2019, que assinalaram a primeira alternância de poder no país, o governo malgaxe preparou o *Plano de Emergência de Madagáscar 2019-2023*, que definiria a estratégia para a programação conjunta planeada em 2020. Os parceiros da UE têm vindo cada vez mais a executar programas e projetos conjuntos em diversos setores. Esta ampla colaboração melhorou a sincronização e complementaridade das intervenções, incluindo em termos de apoio à sociedade civil. No domínio da segurança alimentar e nutricional, a cultura de *fazer melhor em conjunto* tem acelerado claramente os progressos alcançados na execução conjunta e permitiu um diálogo estruturado com o governo em diversas plataformas de coordenação.

²¹ <https://europa.eu/capacity4dev/joint-programming/highlights?page=1>.

4. COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

A natureza multidimensional das questões de segurança alimentar e nutricional, a diversidade de projetos, os diferentes sistemas e canais de execução, os objetivos específicos das políticas de desenvolvimento e as práticas estatísticas individuais dos Estados-Membros, todos constituem um desafio para a comunicação de indicadores agregados normalizados que mostrem o impacto no terreno. Ainda assim, a UE e os seus Estados-Membros estão a intensificar os seus esforços de harmonização na comunicação de resultados no âmbito do Eurostat e dos ODS²².

O quadro 4 apresenta os resultados quantificados no que respeita a alguns temas selecionados, nomeadamente a assistência a pessoas em situação de insegurança alimentar, nutrição, desenvolvimento sustentável em ecossistemas agrícolas e de pastorícia e apoio a pequenos agricultores para aumentar a produção sustentável e melhorar o acesso a mercados, terras e financiamento. Contudo, quaisquer comparações devem ser efetuadas com cautela, na medida em que os métodos de cálculo podem diferir entre países e o quadro não fornece uma imagem completa dos esforços em cada área, mas apenas o que foi recolhido através das ferramentas disponíveis.

Quadro 4: Resultados e impacto no terreno

Áustria	Em 2017-2018, 1 327 983 pequenos agricultores foram abrangidos por medidas financiadas pela Agência de Desenvolvimento Austríaca, concebidas para aumentar a produção agrícola sustentável e/ou melhorar o acesso às terras e a outros recursos naturais, a serviços financeiros e/ou aos mercados. Destes, 399 217 estavam em situação de insegurança alimentar.
Comissão Europeia (2013-2018)	17 787 000 mulheres em idade fértil e crianças com menos de cinco anos, das quais 1 381 000 estavam em situação de insegurança alimentar, beneficiaram de programas de nutrição (2018); 26 197 000 pessoas em situação de insegurança alimentar receberam assistência da UE; foram introduzidas práticas de gestão sustentável dos solos em 4 152 000 hectares; 6 985 000 pequenos agricultores, dos quais 828 000 estavam em situação de insegurança alimentar, beneficiaram de medidas apoiadas pela UE concebidas para aumentar a sua produção sustentável, o acesso aos mercados e/ou a segurança das terras(2018).
Finlândia	Em 2015-2017, no âmbito de projetos bilaterais e de apoio à sociedade civil foi possível ajudar cerca de 3 106 000 agricultores, dos quais 41 % eram mulheres,a aumentar a sua produção sustentável, o acesso aos mercados e/ou a segurança fundiária. A cooperação com o setor privado apoiou mais de 2 200 000 agricultores. 120 000 famílias asseguraram a propriedade de terras – 64 % dos certificados de propriedade de terras foram obtidos por pessoas casadas e 19 % por mulheres. Além disso, 3 245 400 hectares de floresta foram afetados a uma utilização mais sustentável através de

²² Formados pela Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios (Global Reporting Initiative) e o Pacto Global (Global Compact) das Nações Unidas.

	operações bilaterais, da sociedade civil e do setor privado.
França	<p>Em 2016-2018, 9 086 289 explorações agrícolas foram apoiadas por projetos financiados pela Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD), concebidos para aumentar a sua competitividade, adaptar as suas práticas agrícolas às alterações climáticas e facilitar o seu acesso a terras e a serviços financeiros.</p> <p>57 621 mil hectares beneficiaram de programas de conservação, restauro e gestão sustentável da biodiversidade (2016-2018). Em 2017-2019, 5,4 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar beneficiaram do programa de ajuda alimentar do Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros.</p>
Alemanha	<p>178 600 mulheres em idade fértil e 67 400 crianças com menos de dois anos, visadas pelo programa mundial de segurança alimentar e nutricional e de melhoria da nutrição (parte da iniciativa alemã «One World – No Hunger» [Um Mundo sem Fome]) do Ministério Alemão para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (BMZ), registaram melhorias comprovadas na sua nutrição em 2018. Pelo menos 16 000 000 pessoas em situação de insegurança alimentar beneficiaram das medidas de melhoria da segurança alimentar e nutricional implementadas pelo governo alemão²³.</p>
Países Baixos (2019)	<p>20 100 000 pessoas subnutridas receberam assistência, das quais cerca de 15 300 000 beneficiaram comprovadamente dessa assistência na forma de ingestão de alimentos melhorada;</p> <p>19 200 000 pequenas explorações agrícolas familiares receberam apoio, tendo 6 600 000 aumentado a sua produtividade e/ou rendimento e 5 600 000 (também) obtido melhor acesso aos mercados;</p> <p>673 000 hectares de terrenos agrícolas foram melhorados, tendo sido adotadas práticas mais eficientes do ponto de vista ecológico em 612 000 hectares e melhorada a resiliência a tensões e impactos em 118 000 hectares; 113 000 agricultores conseguiram assegurar a posse de terra.</p>
Reino Unido	<p>60 300 000 crianças com menos de 5 anos, mulheres (em idade fértil) e raparigas adolescentes foram abrangidas por medidas relacionadas com a nutrição (abril de 2015-março de 2019). Em 2018-2019, o Ministério do Desenvolvimento Internacional tinha em curso 49 programas de agricultura comercial, que tinham beneficiado mais de 22 milhões de agricultores e mantido ou criado mais de 140 000 empregos.</p>

5. ÊNFASE TEMÁTICA

Conforme pedido pelo Conselho em 2018, o presente relatório analisa mais profundamente dois temas específicos: o empoderamento das mulheres e o emprego rural.

²³ Este valor refere-se apenas aos projetos de cooperação técnica (executados pela GIZ, a Agência Alemã de Cooperação Internacional). Devido à sobreposição dos grupos-alvo, os dados dos impactos de outros projetos (cooperação financeira, projetos multilaterais) não foram aqui considerados.

Empoderamento das mulheres em matéria de segurança alimentar e nutricional

Refletindo o empenho da UE numa abordagem transformadora em termos de género, a percentagem de medidas de melhoria da segurança alimentar e nutricional que incluem a questão da igualdade de género aumentou de 37 % em 2014 para 57 % em 2018. As medidas da UE e dos Estados-Membros têm vindo a melhorar cada vez mais o acesso das mulheres aos recursos produtivos e a oportunidades de emprego, incentivaram alterações comportamentais, como a tomada de decisões conjuntas nas famílias rurais, e proporcionaram às mulheres plataformas para defenderem os seus direitos.

No Quénia, Moçambique, Maláui e Senegal, o programa LANDac financiado pelos **Países Baixos** apoia o acesso por parte das mulheres a terras agrícolas, envolvendo-as na recolha de dados e nos debates em matéria de governação fundiária. No Maláui, a UE reforça os sistemas de governação fundiária para os pequenos agricultores, através da formação dos funcionários locais sobre os direitos fundiários das mulheres e através de um Fórum sobre os Direitos Fundiários das Mulheres, para reforçar as suas competências de liderança. A **Itália** aumentou a participação das mulheres nas cadeias de valor em Moçambique e ampliou os serviços de nutrição materna e infantil baseados na comunidade no Afeganistão. No Mali, a **UE e a Alemanha** facilitaram o acesso das mulheres a terras irrigadas, melhorando assim o seu acesso a uma alimentação diversificada e saudável.

A UE e os seus Estados-Membros defendem cada vez mais uma abordagem transformadora em termos de género nos seus diálogos estratégicos com os países parceiros. Por exemplo, a UE e os seus Estados-Membros contribuíram para uma análise conjunta em matéria de género como ponto de partida para a criação de parcerias em diversos setores em Madagáscar, e reforçaram a coordenação entre os parceiros da UE na divulgação de mensagens sensíveis às questões de género no que respeita à violência contra as mulheres na Colômbia.

Entre as notas temáticas da UE que apresentam uma abordagem sensível às questões de género no que respeita à governação fundiária, à nutrição e ao desenvolvimento de cadeias de valor figura o documento «Closing the gender gap through agri-food value chain development» [Eliminar as disparidades entre homens e mulheres através do desenvolvimento da cadeia de valor agroalimentar], que complementa a sua metodologia de análise das cadeias de valor em prol do desenvolvimento (VCA4D) para avaliar o impacto de uma cadeia de valor no desenvolvimento social, incluindo a igualdade de género. No Camboja, a ferramenta VCA4D salientou a participação das mulheres em atividades aquícolas nos sistemas de produção semi-intensiva e com gaiolas pequenas e a sua sub-representação nas tomadas de decisão ao nível da política das pescas.

Criação de emprego nas zonas rurais

Ao abrigo da Comunicação de 2018 sobre a Aliança África – Europa para investimentos e empregos sustentáveis²⁴, a UE e os seus parceiros africanos estão a desenvolver pactos para o crescimento e o emprego, concentrando os seus esforços conjuntos nas cadeias de valor com o maior potencial de criação de emprego. Quando relevante, o pacto para o crescimento e o emprego interliga-se com outras iniciativas internacionais como a iniciativa do G20 para o emprego dos jovens em meio rural²⁵.

²⁴ https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/soteu2018-africa-europe-jobs-alliance-communication-643_en.pdf.

²⁵ <https://www.consilium.europa.eu/media/23551/2017-g20-rural-youth-employment-en.pdf>.

Por exemplo, em julho de 2019, a UE partilhou o seu pacto para o crescimento e o emprego²⁶ com o governo do Uganda para promover a convergência com as prioridades-chave da UE identificadas com os Estados-Membros, instituições financeiras parceiras e outros atores, bem como através do diálogo com o governo e o setor privado. O pacto para o crescimento e o emprego visa apoiar as cadeias de valor agrícola e silvícola, que possibilitam a criação de emprego, a inovação, a participação das mulheres e dos jovens no processo produtivo, a adaptação e atenuação das alterações climáticas, bem como a complementaridade com outros programas.

As ações financiadas pela UE para fomentar o investimento e o emprego incluem a iniciativa AgriFI que promove investimentos na agricultura de pequena escala e nas micro, pequenas e médias empresas (MPME) através de financiamento misto. Para ajudar a desenvolver as cadeias de valor agrícolas, a UE aproveita as oportunidades oferecidas pelos mercados local, regional e mundial, e aplica a metodologia VCA4D para avaliar o impacto das cadeias de valor na criação de emprego, como por exemplo na Zâmbia (ovos e aquicultura), nas Honduras (café), na Serra Leoa (óleo de palma), na Tanzânia (café), na Guiné-Bissau (manga e lima), no Burundi (banana) e no Benim (ananás)²⁷.

Caixa 3: Promover a criação de emprego nas cadeias de valor na Serra Leoa

A **Alemanha** apoia o programa «Employment Promotion Programme III» [Programa de promoção do emprego III] para aumentar o emprego nas cadeias de valor do cacau, café, arroz e legumes. O programa envolve trabalhar com MPME e jovens para melhorar as competências, com uma forte vertente de mentoria e orientação para aumentar o emprego remunerado e por conta própria. Em 2016-2019, o programa apoiou 1 200 empresas e deu formação a 36 000 jovens, criando mais de 9 000 novos empregos e oportunidades de emprego por conta própria. Até 2019, beneficiou mais de 250 000 pessoas.

Caixa 4: Trabalhar com países parceiros para promover a criação de emprego e alcançar a paz, a segurança e o desenvolvimento no Sahel

No Sahel e na região do Lago Chade, o Fundo Fiduciário de Emergência da UE para África (FFUE África) criou mais de 27 500 empregos, ajudou 129 000 pessoas a desenvolver atividades geradoras de rendimento e permitiu a 50 000 pessoas receber formação profissional e/ou desenvolvimento de competências em 2018-2019. O apoio da UE é crítico para aumentar a participação económica dos jovens e, por conseguinte, contribui para os esforços de estabilização do FFUE na região. Cerca de 700 000 jovens beneficiaram de iniciativas de criação de emprego e estágios, formação profissional e/ou apoio no desenvolvimento das suas competências.

²⁶ https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/68138/eu-jobs-and-growth-compact-uganda-supporting-job-creation-and-economic-growth_tk.

²⁷ Estudos sobre análises de cadeias de valor, 2016-2020: <https://europa.eu/capacity4dev/value-chain-analysis-for-development-vca4d->.

Caixa 5: Fomentar o crescimento agrícola sustentável, o emprego e a segurança alimentar no Maláui

A UE e a Alemanha apoiam o programa KULIMA MIERA (mais rendimento e emprego nas zonas rurais do Maláui) para aumentar as oportunidades de rendimento e de emprego para os pequenos agricultores e as MPME em diversas cadeias de valor (mandioca, amendoim, soja e girassol). Desde 2017, mais de 23 000 pequenos agricultores receberam formação em economia agrária, agronegócios e comercialização, tendo sido celebrados 300 acordos contratuais nesse domínio entre grandes empresas do setor e organizações de agricultores. Os agricultores aumentaram os seus rendimentos em 20 % e foram criados 900 empregos.

6. CONCLUSÃO

A UE e os seus Estados-Membros adotaram uma abordagem abrangente no que respeita ao apoio a programas e políticas de países parceiros. Os esforços conjuntos têm-se centrado no reforço da resiliência das pessoas mais vulneráveis às crises alimentares, aumentando os investimentos responsáveis em sistemas alimentares sustentáveis, melhorando os resultados nutricionais, estimulando a inovação e abordando as questões da igualdade de género e do empoderamento das mulheres. As experiências apresentadas no presente relatório e no documento de trabalho dos serviços da Comissão que o acompanha demonstram a importância de:

- 1. Adotar uma abordagem abrangente no que respeita a sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos que permitam o acesso a alimentos seguros e nutritivos e a uma alimentação saudável para todos.** Isso significa centrar a atenção nos sistemas alimentares como um todo, desde a produção ao consumo, processamento e comercialização sustentáveis, bem como equilibrar os fatores climáticos, sanitários, ambientais, económicos e sociais. Tem em consideração a igualdade de género, em consonância com o segundo Plano de Ação da UE sobre o Género (GAPII). Também reconhece o importante papel da pesca e da aquicultura para a segurança alimentar e nutricional, o que requer uma melhor governação marítima que defenda as leis em matéria de acesso a recursos haliêuticos, fundiários e hídricos, bem como um foco particular nos benefícios resultantes para os pescadores e aquicultores de pequena escala.
- 2. Apoiar a Rede Mundial contra Crises Alimentares enquanto importante contribuinte para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis no âmbito do trinómio ajuda humanitária-desenvolvimento-paz .** Este apoio da UE e dos seus Estados-Membros envolve análises conjuntas, investimentos estratégicos e respostas coordenadas a nível nacional, regional e global. A UE e os seus Estados-Membros devem continuar a dar resposta às necessidades imediatas, bem como aos fatores subjacentes em termos socioeconómicos, ambientais e de paz para prevenir crises alimentares recorrentes.
- 3. Privilegiar uma abordagem multilateral no que respeita à segurança alimentar e nutricional e à agricultura sustentável, a fim de acelerar os progressos na concretização da Agenda 2030.** Esta abordagem inclui nomeadamente mecanismos de governação a nível mundial, regional, nacional e local. A estratégia deve envolver o reforço das parcerias com o sistema das Nações Unidas (inclusive com as agências das Nações Unidas sediadas em Roma e o Comité da Segurança Alimentar Mundial),

organizações de investigação, plataformas multilaterais mundiais, o setor privado e organizações da sociedade civil, para desenvolver e aplicar normas globais.

- 4. Reforçar os sistemas de investigação e inovação agrícola a nível nacional, regional e mundial para promover a resiliência às alterações climáticas.** A UE e os seus Estados-Membros devem continuar a apoiar a arquitetura da governação institucional e as capacidades das organizações de investigação agrícola regionais e nacionais, bem como estimular a inovação sustentável através de parcerias multilaterais, como a iniciativa DeSIRA.
- 5. Aumentar os investimentos públicos e privados responsáveis na agricultura, na pesca e em agronegócios sustentáveis, incluindo através de mecanismos mistos de assistência para apoiar os pequenos agricultores e pescadores, bem como as MPME.** A UE e os seus Estados-Membros devem manter o impacto no desenvolvimento económico, ambiental e social como a principal prioridade do apoio a investimentos privados em agronegócios, incluindo através de um maior investimento em cadeias de valor sustentáveis, inclusivas e sensíveis ao género.
- 6. Apoiar a comercialização local e regional e acelerar as trocas comerciais agrícolas inter e intrarregionais.** A UE e os seus Estados-Membros devem continuar a apoiar acordos, como a zona de comércio livre continental africana, que promovam a integração regional e que possam ajudar a criar novos mercados e empregos dignos, aumentar a competitividade e reduzir a dependência face às importações de alimentos.
- 7. Promover a agricultura sensível ao clima, incluindo a agroecologia, reconhecendo a importância da agricultura sustentável na adaptação às alterações climáticas e na sua atenuação,** tal como definido no trabalho conjunto de Koronivia sobre agricultura²⁸ e realçado noutros compromissos relevantes. Nesse contexto, a UE e os seus Estados-Membros devem ajudar os países em desenvolvimento a cumprirem com as suas contribuições determinadas nacionalmente.
- 8. Combater a subnutrição em todas as suas formas, continuando simultaneamente a centrar a atenção nos grupos populacionais mais vulneráveis.** A UE deve continuar a avaliar e elaborar relatórios sobre o seu impacto na redução dos atrasos de crescimento, combatendo ao mesmo tempo todas as formas de subnutrição que afetam as pessoas vulneráveis. Os programas de nutrição também devem contribuir para a transformação sustentável dos sistemas alimentares.

Estas observações também são relevantes para a preparação da Cimeira «Nutrição para o Crescimento» e da Cimeira das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares de 2021.

²⁸ Decisão 4/CP.23.

A COVID-19 e a segurança alimentar

A pandemia da COVID-19 ainda estava em evolução quando este relatório estava a ser finalizado. Os efeitos completos da COVID-19, e da crise socioeconómica daí resultante, na segurança alimentar e nutricional ainda são amplamente desconhecidos no que respeita à gravidade do confinamento e às suas repercussões nos meios de subsistência rurais. Os primeiros indícios sugerem que os impactos podem ser substanciais, com muitos milhões de pessoas a perderem o seu rendimento, enfrentando ao mesmo tempo um aumento dos preços dos alimentos locais e importados devido a restrições logísticas e, nalguns casos, restrições à exportação (como é o caso do arroz, por exemplo).

Além disso, o risco de as medidas de combate à crise sanitária poderem agravar fortemente as atuais crises alimentares tornou-se evidente, uma vez que a produção agrícola nalgumas regiões pode ser afetada pela dificuldade dos agricultores em acederem às matérias-primas, enquanto enfrentam simultaneamente outros desafios (como condições climáticas extremas, pragas e doenças, por exemplo, o gafanhoto-do-deserto). Os países afetados por múltiplas crises estão em particular risco de insegurança alimentar.

A UE e os seus Estados-Membros estão a adaptar as suas carteiras de cooperação para responder a estes desafios. Acima de tudo, a pandemia da COVID-19 sublinhou a necessidade de reforçar a abordagem «uma só saúde» e de abordar as razões subjacentes ao aumento das doenças decorrentes da interação entre o animal e o ser humano, incluindo a perda da biodiversidade, práticas agrícolas insustentáveis e a comercialização de alimentos perigosos.